

ÍNDICE

PARTE I SEGURANÇA SOCIAL

1. Modelos de segurança social.....	5
1.1. Antecedentes históricos da Segurança Social moderna: as Leis do Pobre britânicas.....	5
1.2. Os principais modelos históricos de segurança social	7
1.2.1. O modelo laborista ou bismarckiano	7
1.2.2. O modelo universalista; a influência do Relatório Beveridge nas legislações europeias posteriores.....	10
1.2.3. O modelo assistencialista.....	14
1.3. Os modelos atuais de proteção social nos países capitalistas desenvolvidos; a convergência para o centro.....	19
 2. Evolução histórica da Segurança Social portuguesa.....	 24
2.1. Os antecedentes: o Previdencialismo do Estado Novo.....	24
2.2. A Revolução do 25 de abril de 1974 e a Constituição de 1976.....	26
2.3. A primeira Lei de Bases da Segurança Social – a Lei n.º 28/84, de 14 de agosto.....	28
2.4. As causas da crise da Segurança Social portuguesa; o Livro Branco da Segurança Social e os projetos de reforma da Lei de Bases da Segurança Social...	29
2.5. A segunda Lei de Bases da Segurança Social – a Lei n.º 17/2000, de 8 de agosto.....	44
2.5.1. Nota prévia: alterações legislativas dos anos noventa e o seu inadequado suporte por parte da Lei de Bases de 1984	44
2.5.2. Inovações principais da LBSS de 2000.....	48
A) Inovações do ponto de vista dos princípios.....	48
B) Inovações do ponto de vista do financiamento.....	56
2.6. A terceira Lei de Bases da Segurança Social – a Lei n.º 32/2002, de 20 de dezembro	63

2.6.1. A nova arquitetura do sistema.....	63
2.6.2. Novas características e princípios estruturantes	64
2.6.3. A introdução de um tecto superior contributivo e a complementaridade; a transição para um sistema ‘multi-pilar’ de proteção social	66
2.7. A atual Segurança Social – a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro.....	69
3. O Sistema de Segurança Social Português na atualidade	74
3.1. Razão de ordem.....	74
3.2. O quadro jurídico do financiamento da Segurança Social	75
3.3. As fontes de financiamento da Segurança Social: em particular as contribuições sociais	79
3.3.1. O financiamento do sistema previdencial: o princípio da contributividade	79
3.3.2. Especificidades das contribuições sociais enquanto figura jus-tributária.....	80
3.3.3. O CC e as relações jurídicas da segurança social.....	85
3.3.3.1. As relações jurídicas da segurança social	85
3.3.3.2. A relação jurídica contributiva nos regimes gerais dos trabalhadores por conta de outrem e dos trabalhadores independentes	87
3.4. As prestações do sistema de segurança social.....	90
3.4.1. Modalidades de prestações sociais	90
3.4.2. Acesso ao direito e cálculo da prestação;; requisitos de acesso às prestações sociais.....	92
3.4.3. As prestações sociais na especialidade.....	94
3.4.3.1. As prestações do sistema de proteção social de cidadania (subsistema de solidariedade); em particular, o Rendimento Social de Inserção.....	94
A) Prestações não contributivas e a condição de recursos.....	94
B) Em particular, o Rendimento Social de Inserção	95
3.4.3.2. As prestações do sistema previdencial; as pensões de velhice em particular	100
4. O sistema complementar da Segurança Social	102
4.1. O regime público de capitalização	102
4.2. Os regimes complementares privados.....	107
4.2.1. Regimes de natureza coletiva; em particular os regimes profissionais	107
4.2.1.1. A história dos regimes profissionais e conceitos relevantes	107
4.2.1.2. Os regimes complementares profissionais na legislação portuguesa atual.....	124
4.2.2. Os planos individuais de pensões	126

5. A reforma da segurança social: uma reforma permanente?	128
5.1. A reforma do Estado Social: um debate permanente e inesgotável	128
5.2. A(s) reforma(s) da Segurança Social portuguesa: história recente e enquadramento à luz da tipologia anterior	132
5.3. Os caminhos possíveis de reforma.....	135
5.3.1. Ponto prévio: ‘o’ problema da sustentabilidade da segurança social é fundamentalmente um problema do sistema de pensões	135
5.3.2. Medidas possíveis de reforma na área das prestações imediatas	136
5.3.2.1. O financiamento crescente das prestações imediatas pelo OE; no limite, a integração das prestações sociais no sistema fiscal (o ‘imposto negativo sobre o rendimento’).....	136
5.3.2.2. O reforço da dimensão previdencial e seguradora relativamente a certas prestações imediatas e sua justificação	147
5.3.3. Algumas hipóteses de reforma em relação às pensões (de velhice).148	
A) Primeira hipótese: recuperar a solução da privatização (parcial) da segurança social e a introdução do ‘plafonamento’ contributivo.....	148
B) Segunda hipótese: transição do modelo de benefício definido para o modelo de contribuição definida	150
Bibliografia	153

PARTE II

FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

1. A autonomia financeira regional	159
1.1. Evolução histórica e enquadramento geral.....	159
1.2. Poderes legislativos das regiões autónomas	161
1.3. O federalismo financeiro e a autonomia regional	164
1.4. A autonomia financeira regional.....	166
1.5. O orçamento das regiões autónomas.....	176
1.6. O poder tributário das regiões autónomas.....	178
1.7. Dívida pública das regiões autónomas	183
1.8. Transferências do Orçamento do Estado.....	189
1.8.1. Enquadramento geral	189
1.8.2. Redução de transferências do Orçamento do Estado por violação dos limites de endividamento.....	194
1.9. A autonomia financeira regional e as transferências orçamentais ordinárias à luz do Direito da União Europeia	197
1.10. Setor Empresarial das regiões autónomas	210
Bibliografia.....	214

PARTE III

FINANÇAS LOCAIS

1. As finanças locais à luz da Constituição	217
1.1. Enquadramento geral	217
1.2. A autonomia financeira local na Constituição	219
 2. O financiamento das autarquias locais.....	224
2.1. Enquadramento geral.....	224
2.2. As regras de financiamento previstas na Lei de Finanças Locais	228
2.2.1. O financiamento de primeiro grau	228
2.2.2. O financiamento de segundo grau	233
2.2.3. O financiamento de terceiro grau	238
2.3. O controlo a jusante do endividamento: os regimes do saneamento e da recuperação financeiros.....	247
2.4. Financiamento das freguesias	252
2.5. Financiamento das entidades intermunicipais.....	254
2.6. O modelo das regras orçamentais na legislação portuguesa atual o aperto crescente da malha das restrições orçamentais	255
2.7. Princípios e regras orçamentais	258
2.8. Mecanismos de reporte e controlo.....	260
2.9. Regiões autónomas e autarquias locais	260
2.10. O setor empresarial local	264
2.10.1. Enquadramento geral	264
2.10.2. O regime do setor empresarial local (RSEL)	270
2.10.3. O princípio da transparência financeira nas relações entre as entidades participantes no capital social e as empresas	277
2.10.4. O setor empresarial local e o perímetro orçamental	279
2.10.5. As empresas locais criadas nas Regiões autónomas dos Açores e da Madeira	283
 3. A transferência e delegação de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais	285
1. Enquadramento geral.....	285
2. O processo de transferência de competências para as autarquias locais resultante da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.....	290
2.1. Enquadramento geral.....	290
2.2. Análise crítica.....	296
2.2.1. A transferência de recursos humanos, técnicos e financeiros adequados.....	296

2.2.2. A emergência de um sistema de governo multinível	300
2.2.3. O exercício de competências por empresas municipais	302
2.2.4. Os condicionalismos ao exercício de competências por autarquias locais localizadas nas regiões autónomas	303
3. A delegação de competências nas autarquias locais.....	304
3.1. Enquadramento geral.....	304
3.2. A delegação de competências do Estado nos municípios e nas entidades intermunicipais	306
4. A transferência e delegação de competências para as entidades intermunicipais	306
5. A transferência e delegação de competências para as freguesias.....	307
 4. A responsabilidade financeira de membros de órgãos executivos de autarquias locais	 311
4.1. Introdução	311
4.2. Os membros de órgãos executivos de autarquia local como “titulares de cargo político”	311
4.3. A responsabilidade financeira dos titulares de cargos políticos.....	313
4.4. As dimensões da responsabilidade financeira	315
4.5. A questão das “estações competentes” e dos “serviços competentes”	320
Bibliografia.....	326